



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2021.0000774863**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002018-83.2017.8.26.0453, da Comarca de Pirajuí, em que é apelante/apelado REIS MOREIRA DOS ANJOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelada/apelante PATRICIA INFORZATO GREJO - ME, Apelados FERNANDO HENRIQUE RIBEIRO (JUSTIÇA GRATUITA) e JOSÉ CARLOS GREJO ME.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso da corrê e julgaram prejudicado o recurso do autor. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MELO BUENO (Presidente) E GILSON DELGADO MIRANDA.

São Paulo, 22 de setembro de 2021.

**MOURÃO NETO**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**Apelação n. 1002018-83.2017.8.26.0453**

**Voto n. 24.032**

**Comarca:** Pirajuí (1ª Vara)

**Apelantes  
e apelados:** Patricia Inforzato Grejo ME e Reis Moreira dos Anjos  
**Apelados:** Fernando Henrique Ribeiro e José Carlos Grejo ME

**MMª. Juíza:** *Beatriz Tavares Camargo*

**Civil e processual. Acidente de trânsito. Ação de indenização por danos morais e estéticos. Sentença de procedência. Pretensão à reforma manifestada por ambas as partes.**

**Culpa concorrente configurada. Dinâmica do acidente que sugere que também teve culpa o autor, ainda que em menor grau, dada sua preferência.**

**Condenação ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos que deve ser mantida, porém com redução do quantum arbitrado pelo Juízo a quo para R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), uma vez que mais consentâneo com as particularidades do caso concreto.**

**RECURSO DA CORRÉ PROVIDO EM PARTE.**

**RECURSO DO AUTOR PREJUDICADO.**

**I – Relatório.**

Trata-se de apelações interpostas por Patrícia Inforzato Grejo – ME e Reis Moreira dos Anjos contra a sentença de fls. 465/474, que julgou procedente a ação indenizatória movida pelo segundo em face da primeira e de Fernando Henrique Ribeiro e José Carlos Grejo ME para condenar os réus, solidariamente, ao pagamento de indenização a título de danos morais ao autor no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dada a

conclusão de que “*restou demonstrada a responsabilidade do requerido Fernando pela ocorrência do evento danoso, tendo em vista que desrespeitou o sinal de 'dê preferência', adentrando no pontilhão, quando o autor já estava atravessando o local, dando causa ao acidente*” e de que “*uma vez comprovada a culpa do motorista condutor, a culpa do empregador pelos atos de seu preposto passa a ser objetiva*”.

Enquanto a *corrê* pugna pela reforma do *decisum* insistindo na culpa exclusiva do autor pelo acidente narrado ou, ao menos, pela verificação de sua culpa concorrente, razão pela qual requer ou o afastamento ou a diminuição do valor da indenização arbitrada (fls. 479/493), o autor se bate pela majoração do *quantum* indenizatório (fls. 496/526).

Contrarrazões a fls. 532/540.

## II – Fundamentação.

**O recurso da *corrê* pode ser conhecido e comporta provimento parcial, ficando prejudicado aquele interposto pelo autor.**

Conforme observado na origem, é fato incontroverso que houve acidente envolvendo caminhonete conduzida pelo autor e caminhão da empresa *corrê* conduzido pelo réu Fernando, em razão do qual, de acordo com laudo pericial elaborado pelo IMESC, foi necessário submeter o demandante a cirurgia de urgência, bem como a posterior tratamento mediante hemodiálise, já que perdeu por completo sua “*pequena reserva renal*” (fls. 388/389).

Embora o acidente tenha ocorrido (e dele tenham consequências nefastas sido experimentadas pelo autor), as versões sobre a respectiva dinâmica são conflitantes, uma vez que os réus impõem a culpa exclusiva ao demandante (“*já estando o caminhão da Requerida realizando a travessia do citado pontilhão, era obrigação do Autor dar preferência e aguardar a saída daquele, para tão somente após iniciar sua passagem*” – fls. 284) e este, por sua vez, alega o

inverso (“o requerente trafegava no sentido zona rural – cidade e ao passar por baixo do pontilhão o condutor do caminhão ora requerido não freou, vindo a colidir na caminhonete de propriedade do autor” – fls. 2).

Conquanto da prova oral colhida se possa afirmar com segurança que haveria no local placa sugerindo a preferência de veículos vindo no sentido em que se encontrava o autor, são contraditórios os testemunhos a respeito de qual dos veículos teria primeiro iniciado a travessia do pontilhão.

Ainda que a preferência fosse da caminhonete, não se poderia exigir do corréu motorista que, uma vez iniciada a travessia, retornasse para que o primeiro a realizasse.

Embora, reitere-se, não seja possível afirmar que foi o corréu quem primeiro adentrou no pontilhão, fato é que a própria dinâmica do acidente (colisão frontal em parte de via que permitia a passagem de apenas um veículo), bem ilustrada nas fotografias que, a título de exemplo, vieram aos autos a fls. 264/266, sugere a culpa concorrente das partes (como dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo, bastava a qualquer deles que aguardasse o outro efetuar a travessia).

Ainda mais se considerarmos que também é fato incontroverso que o autor nem sequer era habilitado para dirigir seu automóvel (assim como o próprio réu, diga-se de passagem fls. 31).

Nesse contexto, respeitado o entendimento do magistrado singular, ainda que em desfavor dos corréus pese com mais força o fato de que a preferência era do autor, inarredável que se conclua por existente culpa concorrente do último.

Isto posto, bem como considerado o fato de que, embora graves os prejuízos à saúde do demandante, fato é que “*voltou a ter função renal normal*” e que “*hoje requerente não tem incapacidade*”, necessária é a redução do *quantum* indenizatório, arbitrado em valor exacerbado.

No que se refere ao *quantum* indenizatório, Rui Stoco ensina que se trata de “*questão verdadeiramente angustiante*”, na consideração de que o dano moral, “*ao contrário do dano material – que se afere em função do dano emergente (aquilo que efetivamente se perdeu) e do lucro cessante (aquilo que se deixou de ganhar) e, portanto, mostra-se matematicamente aferível –, não traduz um desfalque ao patrimônio, nem diminuição alguma*”. Adiante, o doutrinador leciona que a tendência moderna “*é a aplicação do binômio punição [embora seja mais adequado falar em caráter pedagógico e não em caráter punitivo] e compensação, ou seja, a incidência da teoria do valor do desestímulo (caráter punitivo da sanção pecuniária) juntamente com a teoria da compensação, visando destinar à vítima uma soma que compense o dano moral sofrido*”, acrescentando que “*parte da doutrina também faz menção ao binômio punição e prevenção, como Caio Mário, Carlos Alberto Bittar, Sergio Cavallieri Filho e Antônio Jeová Santos*” (Tratado de responsabilidade civil. 9ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. Tomo II, páginas 991 e 993).

Tendo em vista, pois, o caráter pedagógico e compensatório da indenização por danos morais, mas sem deixar de observar a culpa concorrente do autor, bem como sua recuperação, afigura-se mais razoável indenização no importe de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Sobre o valor ora arbitrado, e como já determinado na sentença, incidirá correção monetária, mas a partir desta data, por força da Súmula n. 362 do C. Superior Tribunal de Justiça, enquanto os juros de mora são devidos desde a data do acidente, como prevê a Súmula n. 54 do mesmo tribunal de sobreposição.

Enfim, a sentença comporta parcial reforma para se julgar procedente em parte a demanda com a condenação dos corréus ao pagamento, de forma solidária, de indenização por danos morais ao autor no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Ante a sucumbência recíproca, deverão as partes dividir o pagamento das custas e despesas processuais na proporção de 2/3 ao encargo dos réus e 1/3 ao do autor. Enquanto os

primeiros deverão arcar ainda com o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em favor do patrono do demandante no equivalente a 15% do valor da condenação, o segundo fica condenado ao pagamento de verba honorária no total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) (artigo 85, § 8º, do CPC), observada a gratuidade.

De se observar, ainda, que o provimento parcial do apelo da correquerida, nos moldes explicitados, aproveita aos demais, tendo em vista o que dispõe o artigo 1.005 do Código de Processo Civil.

### **III – Conclusão.**

Diante do exposto, **dá-se provimento em parte ao recurso da corré, ficando prejudicado aquele interposto pelo autor.**

**MOURÃO NETO**

**Relator**

(assinatura eletrônica)